

PREFEITURA MUNICIPAL

— DE —

BRAGANÇA PAULISTA

ESTADO DE SÃO PAULO

Comissões de JUSTIÇA  
para os devidos fins  
Sala das Sessões  
29/9/67  
Presidente da Câmara

# ORÇAMENTO DA RECEITA E DESPESA



PARA O EXERCÍCIO DE 1968

PROJETO DE LEI N.º 34/67

De Lei N.º 34/67 de 29 de setembro

de 1967





# Prefeitura Municipal da Estância de Bragança Paulista

GABINETE DO PREFEITO

Bragança Paulista, 27 de setembro de 1967

N.º CM-87/67.

Exmo. Sr.

JOSÉ DE LIMA

DD. Presidente da Câmara Municipal da Estância de  
BRAGANÇA PAULISTA

Tenho a honra de passar às mãos de V. Excia., para a devida apreciação dessa Egrégia Câmara, o incluso - projeto de lei que estima a Receita e fixa a Despesa do Município da Estância de Bragança Paulista para o exercício - de 1968.

Como V. Excia. e os demais senhores Edis poderão verificar no projeto de lei incluso, a estimativa da Receita orça em NCr.\$2.097.000,00 (dois milhões e noventa e sete mil cruzeiros novos) e a Despesa está fixada em NCr.\$2.160.509,41 (dois milhões, cento e sessenta mil, quinhentos e nove cruzeiros novos e quarenta e um centavos), portanto, com um "deficit" de NCr.\$63.509,41 (sessenta e três mil, quinhentos e nove cruzeiros novos e quarenta e um centavos).

Aguardando o pronunciamento dêsse nobre Legislativo sobre o projeto de lei em tela, valho-me da oportunidade para renovar a V. Excia. os meus protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosas Saudações

  
Dr. LOURENÇO QUILICI  
Prefeito Municipal





# Câmara Municipal da Estância de Bragança Paulista

## Comissão de Justiça e Redação

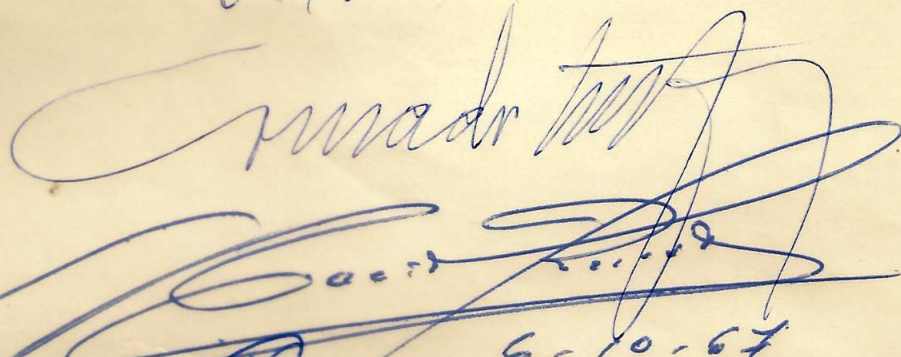
Bragança Paulista, ..... de ..... de 196.....

Parecer N. ....

Parecer

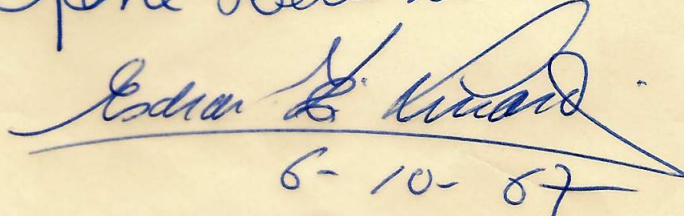
Projeto legal, em primeiro lugar  
e de iniciativa exclusiva.

6.10.67

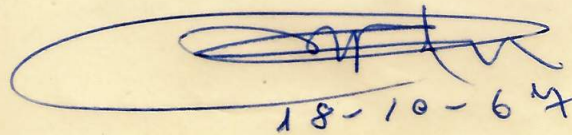


6-10-67

Gene Hebe Lo Sábrio



6-10-67



18-10-67





# Câmara Municipal da Estância de Bragança Paulista

## Comissão de Justiça e Redação

Bragança Paulista, ..... de ..... de 196.....

Parecer N. ....

### PARECER:-

Iniciando os exames e analizes da Lei Orçamentária para o exercício de 1.968. Encontrei diversas falhas que merecem um estudo bem acurado.

Portanto peço é a nomeação de uma Comissão Especial de Vereadores, para melhor estudo de uma lei que representa uma administração de um ano, para o Município, sendo à responsabilidade da Câmara e de suma importância, se não for atendido meu pedido apresento as seguintes Emendas:-

1ª)- Emenda supressiva ao artigo 5º e seus treis itens:-

2ª)- O artigo 6º torna-se o artigo 5º ; com a seguinte redação:

#### ARTIGO 5º :-

O recurso para cobertura do deficit orçamentário será obtido através de Operações de Crédito efetuadas pelo Executivo.

No atendimento da nomeação da Comissão Especial e requeiro que seja designado Consultor Juridico da Câmara para dar à Assistência Necessária:

SALA DAS COMISSÕES- JUSTIÇA E FINANÇAS

17/Outubro /1.967

-Hafiz Abi Chedid-



MUNICIPIO DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA

DIVIDA CONSOLIDADA

Lei nº399 de 19/9/1959

Valor do Empréstimo .....NCR.\$8.000,00  
Amortização até 1967 .....NCR.\$ 820,63  
Saldo .....NCR.\$7.179,37  
Amortização mensal .....NCR.\$ 90,92  
Prazo ..... 15 anos  
Juros ..... 11%

DEMONSTRAÇÃO DA DÍVIDA ATÉ O FINAL DA LIQUIDAÇÃO

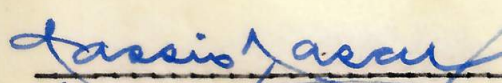
DATA DO PAGAMENTO	AMORTIZAÇÃO	JUROS	TOTAL
1968	317,13	773,91	1.091,04
1969	353,82	737,22	1.091,04
1970	394,70	696,34	1.091,04
1971	440,32	650,72	1.091,04
1972	491,32	599,72	1.091,04
1973	548,24	542,80	1.091,04
1974	611,62	479,42	1.091,04
1975	682,40	408,64	1.091,04
1976	761,44	325,60	1.091,04
1977	849,50	241,54	1.091,04
1978	946,90	144,14	1.091,04
1979	781,51	36,82	818,33
	<u>7.178,90</u>	<u>5.640,87</u>	<u>12.819,77</u>


R E S U M O


Demonstração do Exercício de 1968

JUROS.....773,91  
AMORTIZAÇÃO.....317,13 1.091,04  
PAGAMENTOS FUTUROS  
AMORTIZAÇÃO..... 6.861,77  
JUROS.....4.866,96 11.728,73  
12.819,77

BRAGANÇA PAULISTA, 27 DE SETEMBRO DE 1967

  
CÁSSIO MARCASSA  
SECRETÁRIO DAS FINANÇAS

  
PREFEITO MUNICIPAL

  
J.B. DANIEL DE SOUZA  
CONTADOR

  
Ricardo Morais  
Diretor



MUNICIPIO DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA

DÍVIDA CONSOLIDADA

Lei nº 497 de 29/10/1961

NCR.\$13.000,00

Amortização mensal.....NCR.\$ 179,07  
Juros ..... 11%  
Prazo ..... 10 anos

DEMONSTRAÇÃO DA DÍVIDA ATÉ O FINAL DA LIQUIDAÇÃO

DATA DO

PAGAMENTO

TOTAL


1968	2.148,90
1969	2.148,90
1970	2.148,90
1971	2.148,90
1972	2.148,90
1973	2.148,90
1974	2.148,60
	<u>14.326,00</u>


R E S U M O


DEMONSTRAÇÃO DO EXERCÍCIO DE 1968


JUROS=	1.059,35	
AMORT.=	<u>1.089,55</u>	2.148,90

BRAGANÇA PAULISTA 27 DE SETEMBRO DE 1967

  
PREFEITO MUNICIPAL

  
J.B. DANIEL DE SOUZA  
CONTADOR

  
CASSIO MARCASSA  
SECRETÁRIO DAS FINANÇAS

  
Vicente Moura  
Diretor



MUNICIPIO DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA

DÍVIDA CONSOLIDADA

Lei nº 538 de 17/9/1962

Valor do Empréstimo .....NCR.\$ 10.000,00  
Amortização até 1967.....NCR.\$ 6.778,02  
Saldo .....NCR.\$ 3.221,98  
Prestação de .....NCR.\$ 217,42  
Data da integralização do empréstimo ..... 1/5/1964  
Juros ..... 11%  
Prazo ..... 5 anos

DEMONSTRAÇÃO DA DÍVIDA ATÉ O FINAL DA LIQUIDAÇÃO

DATA DO PAGAMENTO	JUROS	AMORTIZAÇÃO	TOTAL
1968	237,16	2.371,88	2.609,04
1969	19,57	850,10	869,67
	<u>256,73</u>	<u>3.221,98</u>	<u>3.478,71</u>

BRAGANÇA PAULISTA, 27 DE SETEMBRO DE 1967

Cassio Marcassa  
CASSIO MARCASSA  
SECRETÁRIO DAS FINANÇAS

[Assinatura]  
PREFEITO MUNICIPAL

[Assinatura]  
J.B. DANIEL DE SOUZA  
CONTADOR

[Assinatura]  
Diretor



MUNICIPIO DA ESTANCIA DE BRAGANCA PAULISTA

DÍVIDA CONSOLIDADA

Lei nº 460 de 10/5/1961

Valôr do Empréstimo .....NCR.\$ 5.730,00  
Amortização até 1967.....NCR.\$ 3.991,60  
Saldo.....NCR.\$ 1.738,40  
Amortização mensal de.....NCR.\$ 124,58  
Data da integralização do empréstimo..... 1/4/1964  
Juros ..... 11%  
Prazo ..... 5 anos

DEMONSTRAÇÃO DA DÍVIDA ATÉ O FINAL DA LIQUIDAÇÃO

DATA DO PAGAMENTO	JUROS	AMORTIZAÇÃO	TOTAL
1968	122,60	1.372,40	1.495,00
1969	7,75	366,00	373,75
	<u>130,35</u>	<u>1.738,40</u>	<u>1.868,75</u>

BRAGANCA PAULISTA, 27 DE SETEMBRO DE 1967

Cássio Marcassa  
CÁSSIO MARCASSA  
SECRETÁRIO DAS FINANÇAS

[Assinatura]  
PREFEITO MUNICIPAL

[Assinatura]  
J.B. DANIEL DE SOUZA  
CONTADOR

[Assinatura]  
Diretor



MUNICIPIO DA ESTANCIA DE BRAGANCA PAULISTA

DIVIDA CONSOLIDADA

LEI Nº 777 DE 14/12/1965

Valor do empréstimo quando  
integralizado .....NCR.\$160.789,266

Prestação mensal de .....NCR.\$ 3.576,668

Juros de ..... 12%

Prazo ..... 5 anos

DEMONSTRAÇÃO DA DÍVIDA ATÉ O FINAL DA LIQUIDAÇÃO

DATA DO

PAGAMENTO

JUROS

AMORTIZAÇÃO

1968

17.950.416

24.969.600

BRAGANCA PAULISTA,27 DE SETEMBRO DE 1967

ASSIS MARCASSA  
SECRETARIO DAS FINANÇAS

PREFEITO MUNICIPAL

J.B. DANIEL DE SOUZA

CONTADOR

Acant Moreth



Emenda modificativa

Na rubrica 251-3215-83 - Instituições Privadas

APROVADO  
ENCAMINHE-SE E PUBLIQUE-SE  
Sala das Sessões 11 / 1967  
Presidente da Câmara

Onde se lê

Item 10 - Instituto Social e Educacional(ISE),  
para manutenção e sustento de meninas  
internadas. . . . . 3.600,00

LEIA-SE

10 - Instituto Social e Educacional(ISE), para manutenção e sustento de me- ninas internadas	2.000,00
Sanatorio Ismael de Amparo	1.000,00
Serviço Assistencial de Menor	
Abandonado de Bragança Paulista	600,00

*Hafiz Abi Chedi*  
(a) Hafiz Abi Chedi



Volta a  
comissão de  
fess. E.C.C.

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

ESCOLAS MUNICIPAIS

EMENDA Nº 1- AO CÓDIGO 411-3214-64-Item 3

Fundação Municipal de Ensino Superior, para Construção  
do Prédio (Bragança Paulista), aonde se lê Nº 250.000,00  
leia-se Nº 50.000,00.

Sala das Comissões - 17/11/67

Hafiz Ali Chedid

Retiradas as  
emendas nºs 1, 2 e 3  
em 24/11/1967  
José de



Volta a  
comissão  
de fuste

DESPESA DE CAPITAL

EMENDA Nº 2- AO CÓDIGO 711-4112-91

INVESTIMENTOS

OBRAS PÚBLICAS

Petirada

Para construção de filtros com instalação, tubulações  
com aparelhagem de filtração para água da Bocaina -  
aonde se lê R\$ 20.000,00- Leia-se R\$ 120.000,00

Sala das Comissões- 17/11/67

Hafiz Ali Bheolid



Valta a  
comissão de  
fiscalização

Retirada

EMENDA Nº 3- AO CODIGO 711-4127-91

DIVERSOS EQUIPAMENTOS E INSTALAÇÕES:- A E B

Aonde se lê Nº 300.000,00 Leia-se Nº 400.000,00

Sala das Comissões  
17/11/67

Alafiz Ali Chedid



Conrado Stefani

<sup>e</sup>  
Licínio C. Stefani

ADVOGADOS

Parecer nas emendas números 1,2 e 3 ao projeto da Lei Orçamentária ( 15/67 ).

1. As emendas citadas dizem respeito a alterações de verbas originais em 2a. discussão.  
O Regimento Interno da Câmara determina tramitação especial para o projeto orçamentário. E o que determinam os artigos e seguintes da nossa lei interna, determinando o art. que a proposta orçamentária somente receber emendas na 1a. discussão.  
As emendas do vereador "afis Abi Chedid, pois, não podem ser discutidas uma vez que foram entregues à Mesa quando a proposta entrou em 2a. discussão. A proposta achava-se, como se acha, já com sua redação final assinada pelo nobre ~~Vereador~~ vereador e demais membros da Câmara, o que demonstra que, realmente, ultrapassara a fase da 1a. discussão.
2. Diante de outra lei, a de número 4.320, de 17/3/64, lei federal, as emendas não podem ser discutidas uma vez que não poderiam ser apresentadas sequer. Essa lei " estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para a elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal ", como diz o preâmbulo da citada lei.  
Consta do art. 33 do diploma que " não se admitirão emendas ao projeto de Lei de Orçamento que visem a :
  - a - alterar a dotação solicitada para despesa de custeio, salvo quando provada, nesse ponto, a inexatidão da proposta;
  - b - .....
  - c - .....
  - d - .....
3. A emenda n.3 visa elevar verba de Ncr\$300.000,00 para Ncr\$400.000,00, sem qualquer demonstração inconteste, " provada ", de que a verba proposta é inexata.  
A emenda n. 2 sofre do mesmo defeito e como a anterior pretende o empírico, uma vez que está desacompanhada de prova prévia.  
A de n.1 pretende suprimir parte de verba apenas para com o produto da supressão conseguir números gráficos para dar sustentação as emendas números 3 e 2.
4. Sem qualquer comprovação, portanto, as emendas visam cortar verba de entidade criada pela própria Câmara.
5. Em consequência, as emendas são extemporâneas diante do Regimento Interno, artigos 154/155. E são ilegais diante da Lei 4.320, citada. O Regimento funciona, no caso, como norma processual, havendo ocorrido perda de prazo para



Conrado Stefani  
e  
Licínio C. Stefani

ADVOGADOS

- continuação -

para a apresentação das emendas que, por isso, são extemporâneas. E a lei 4.320 estabelece proibição de serem feitas alterações em dotações sem prévia comprovação ( " provada, como diz a letra a do art.33 ), dispositivo que a Lei Orgânica ( 9.842, de 19.9.67 ) corrobora quando, no art.67, diz : " O orçamento anual do Município atenderá às disposições da Constituição Federal, da Constituição do Estado, às normas gerais de direito financeiro e aos preceitos desta lei " .

6. As emendas, portanto, não podem ser conhecidas e, muito menos, discutidas, por perda de prazo e por proibição de lei. Bragança Paulista, 24 de Novembro de 1.967

